VII Organismos Financeiros Internacionais

Fundo Monetário Internacional

O FMI foi criado por ocasião da Conferência de *Bretton Woods*, em 22 de julho de 1944. Entrou em vigor em 27 de dezembro de 1945, quando 29 países, inclusive o Brasil, subscreveram seu Convênio Constitutivo.[8] Ao final de 2010, o fundo contava com 187 países membros.[9]

Sua missão é assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro global, por intermédio da promoção da cooperação monetária internacional, da estabilidade cambial e do crescimento econômico. As atividades principais do fundo são: a concessão de empréstimos para países em dificuldades; o monitoramento das condições econômicas locais e globais (*surveillance*); e a prestação de assistência técnica e aconselhamento econômico.

O FMI é uma organização baseada em quotas, que representam a contribuição financeira de cada país e influenciam o poder de decisão de cada um deles na instituição. O capital total do FMI era de DES 217,4 bilhões ao final de 2010.[10] A quota do Brasil no fundo totaliza DES 3,04 bilhões, e representa 1,40% do capital total do organismo.

Em 2010, o FMI passou por mudanças importantes relacionadas à governança do organismo. A Diretoria Executiva aprovou uma reforma que promove um aumento de 100% no total das quotas do organismo e uma redistribuição das participações dos países, de modo a dar maior representatividade aos emergentes. A participação do Brasil nas quotas será aumentada para 2,32%. Além disso, a reforma estabelece a mudança em direção a uma Diretoria Executiva composta somente por diretores eleitos e o compromisso com a manutenção de 24 cadeiras, com a transferência futura de duas cadeiras europeias para países emergentes. As mudanças dependem da ratificação dos países-membros, o que deve ocorrer no final de 2012.

8/ O Convênio Constitutivo do FMI foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.479, de 27 de dezembro de 1945.

9/ O Tuvalu, mais novo membro, ingressou no FMI em 24 de junho de 2010.

10/ Com a ratificação da reforma de quotas de abril de 2008, prevista para 2011, o capital total do FMI passa a ser de DES238 bilhões. A quota do Brasil passará para DES 4,25 bilhões, o que representará 1,78% do capital total do FMI.

Para realizar suas atividades de financiamento, além dos recursos provenientes das quotas, o FMI capta empréstimos junto aos países. Durante o ano de 2010, o Brasil passou a colaborar de maneira mais efetiva nesse aspecto. Em janeiro, foi assinado o Acordo de Compra de Notas (NPA), que prevê a compra de notas emitidas pelo fundo, num montante máximo de USD 10 bilhões. Em junho, o Brasil aprovou o ingresso no NAB,[11] ampliado em abril, após negociação em 2009 com o apoio do G-20. Os recursos do programa aumentarão de DES 34 bilhões para DES 367 bilhões. O Brasil deve disponibilizar uma linha de crédito de DES 8,7 bilhões, que incorporará os compromissos do NPA quando o NAB expandido entrar em vigor em 2011.

O FMI promoveu uma reforma das suas linhas de empréstimo em 2010, reforçando os mecanismos de empréstimos precaucionários, focados no combate e prevenção de crises. A *Flexible Credit Line* (FCL), criada em 2009, provê a países com sólidos fundamentos econômicos uma linha de crédito não associada a imposições sobre a política econômica. Em 2010, a FCL teve seu prazo máximo expandido de um para dois anos, e removeu-se o limite de empréstimo de 1.000% da quota. Com a mesma finalidade precaucionária, criou-se no ano a *Precautionary Credit Line* (PCL), com requisitos um pouco mais flexíveis que os da FCL, porém com prazos menores, um limite de empréstimo de 500% (inicial) ou 1.000% (após doze meses) da quota e com medidas corretivas dos aspectos que não qualificariam um país para um FCL.

As atividades de monitoramento (*surveillance*) do FMI estão tradicionalmente centradas na avaliação anual da economia dos países-membros, estabelecida pelo artigo IV do Convênio Constitutivo do organismo. Ela compreende aspectos fiscais, monetários, financeiros e cambiais e verifica se as políticas dos países contribuem para a estabilidade doméstica e externa. Como consequência da crise, o FMI propôs em 2010 que sejam realizados conjuntamente com as avaliações do artigo IV de EUA, Zona do Euro, Japão, China e Reino Unido um relatório (*Spillover Report*) que verifica o impacto de suas políticas econômicas e financeiras sobre outros países.

Outro instrumento de avaliação do FMI é o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), realizado em conjunto com o Banco Mundial, após solicitação do país-membro. O programa verifica dois aspectos: grau de estabilidade financeira e o nível de desenvolvimento financeiro do país. Em 2010, a Diretoria Executiva decidiu que 25 países de importância sistêmica deverão realizar a parte de estabilidade financeira do FSAP a cada cinco anos, em conjunto com o artigo IV. O Brasil expressou no ano sua intenção de participar em um novo FSAP, previsto para o início de 2012.

De maneira conjunta ao FSAP, ou isolada, o FMI e Banco Mundial podem realizar também os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSC). Esses se constituem

11/ Estabelecido em 1997, o NAB prevê que seus membros disponibilizem recursos ao fundo (sob a forma de empréstimos ou notas) mediante solicitação pelo Diretor-Gerente do FMI e aprovação por 85% dos membros do acordo.

em avaliações do grau de adoção, por parte dos países-membros, de doze padrões internacionais que abrangem os temas de disponibilidade de dados, transparência fiscal e transparência de políticas monetária e financeira.

Adicionalmente, o fundo combina as impressões recebidas em seus estudos e avaliações da economia mundial como um todo. Os estudos mais relevantes são as publicações Perspectivas da Economia Mundial (WEO) e Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR), editadas semestralmente. Em 2010, o relatório *Fiscal Monitor* ganhou mais destaque e passou a integrar a série de estudos que incorpora o WEO e o GFSR.

Grupo dos 20

O G-20 é um fórum informal que promove o debate entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. O grupo apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e de oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais e cooperação internacional.

Criado em resposta às crises financeiras registradas no final dos anos 90, o G-20 reflete mais adequadamente a diversidade de interesses das economias industrializadas e emergentes, possuindo assim maior representatividade e legitimidade. Sua composição se dá pelos Ministros de Finanças e Presidentes de bancos centrais de dezenove países[12] e pela presidência rotativa do Conselho da União Europeia e pelo Banco Central Europeu. Ainda, para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais, o Diretor-Gerente do FMI e o Presidente do Banco Mundial participam *ex-officio* das reuniões.

A presidência do grupo é anual e rotativa dentre os membros, sendo o país presidente responsável pelo estabelecimento de um secretariado provisório durante sua gestão. Em 2010, esse papel coube à Coreia. Os coreanos foram incumbidos de desenvolver o programa de trabalho do fórum, organizar os eventos e fazer a coordenação entre os diversos membros.

Em 2010, o G-20 realizou duas cúpulas e três reuniões de Ministros de Fazenda e Presidentes de bancos centrais. Durante o ano, após seus esforços bem-sucedidos na contenção da crise financeira global, o G-20 se focou na recuperação da economia global e na modernização do FMI.

Os esforços do grupo continuaram concentrados no fortalecimento do processo de coordenação internacional. Após a última crise, tornou-se claro que os desequilíbrios

12/ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

globais e as falhas do sistema monetário internacional requerem ação coordenada, instituições financeiras internacionais reformuladas e novos instrumentos financeiros. Como consequência, o G-20 lançou, na Cúpula de Seul, o Plano de Ação, que visa a melhor coordenação de políticas macroeconômicas, a implementação de reformas estruturais que aumentam e sustentam a demanda global e a promoção da sustentabilidade externa.

As discussões realizadas no grupo também resultaram na concordância sobre os termos da reforma no fundo, que terá até 2013 para ser implementada. Essa proporcionará um aumento significativo no poder de voto dos países emergentes e em desenvolvimento e importantes mudanças na estrutura de governança do organismo. Com isso, o G-20 consolidou ainda mais seu papel de principal fórum global para o debate econômico e financeiro, levando em consideração a atuação e o desempenho destacados que as economias emergentes exercem na atualidade.

Em razão da amplitude da última crise, o G-20 se viu obrigado a abordar uma vasta gama de temas. Suas reuniões e seminários regulares tornaram-se insuficientes para cobrir toda a pauta do Grupo. Desse modo, o G-20 passou a tratar um maior número de questões por meio da composição de grupos de trabalho ou de estudo (GTs), que apesar de possuírem participação voluntária, acabam agregando todos os países-membros e mais alguns importantes organismos internacionais.

Nesse aspecto, além dos eventos periódicos, o G-20 debateu, em 2010, nos seus GTs: instrumentos para melhorar as redes de proteção financeiras; um novo arcabouço regulatório; questões relativas ao desenvolvimento, às mudanças climáticas e à inclusão financeira. O Banco Central do Brasil (BCB) participou ativamente desse último tema, sendo coordenador, em conjunto com a Austrália, de um de seus subgrupos de trabalho, denominado Acesso Financeiro por meio da Inovação.

Na Cúpula de Seul, a presidência do grupo foi passada à França, que agregou, em seu planejamento de trabalho para 2011, a reforma do sistema monetário internacional e o estudo do comportamento do mercado de *commodities*. Anunciou-se, também, que o México exercerá a presidência do G-20 em 2012.

Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), organismo fundado em 1930, tem como missão auxiliar os bancos centrais e autoridades financeiras na manutenção da estabilidade monetária e financeira, fomentar a cooperação internacional nessas áreas e atuar como um banco para bancos centrais. O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES15 milhões, equivalendo a 0,55% do capital total do organismo.

Em sua missão de promover a estabilidade financeira, o BIS coordena o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Compensações; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado, concedendo a todos elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

Já no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, dentre elas bancos centrais, fazem uso desse serviço. Em média, ao longo dos últimos anos, cerca de 6% das reservas internacionais globais foram aplicadas por bancos centrais junto ao BIS.

Desde 2009, o Brasil vem intensificando sua participação no BIS, passando a integrar formalmente, além dos comitês mencionados acima, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB). Esse processo de inserção culminou com a eleição, em janeiro de 2010, do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para membro do Conselho Diretor daquele organismo.

Além da Assembleia Geral Anual, que ocorre geralmente em junho, são realizadas, com periodicidade bimestral, reuniões técnicas de alto nível, restritas a presidentes de bancos centrais e, no máximo, a mais um assessor especial, nas quais se destacam a Reunião de Economia Global (GEM) e a Reunião de Presidentes de bancos centrais.

A principal função da GEM, que congrega trinta presidentes de bancos centrais acionistas do BIS (incluindo o Brasil) como membros efetivos e outros quinze como observadores, é monitorar os desenvolvimentos econômicos e financeiros e avaliar os riscos e oportunidades na economia mundial e no sistema financeiro global. Além disso, a GEM passou a coordenar as atividades do Comitê para Sistemas de Compensação e de Liquidação, do Comitê sobre o Sistema Financeiro Global e do Comitê de Mercados.

A fim de assessorar a GEM, elaborando as propostas para discussão e decisão, o Conselho Diretor do BIS criou o Comitê Consultivo de Economia (ECC), órgão composto pelos quinze membros do Conselho Diretor, o Gerente-Geral do BIS e os presidentes dos bancos centrais do México e Índia.

O Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária (BCBS) direciona seus esforços às questões de supervisão ao nível de instituições individuais e sua relação com a supervisão macroprudencial. Em face da recente crise financeira, o comitê anunciou, em setembro de 2010, as regras denominadas Basileia III, com disposições mais rígidas ao sistema financeiro, em especial no tocante aos níveis de capital dos bancos.

O Comitê para Sistemas de Compensação e de Liquidação (*Committee on Payment and Settlement Systems* – CPSS) trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco) e analisa e estabelece padrões para os sistemas de

pagamentos, liquidações e compensações. As principais ações adotadas durante 2010 consistiram nas revisões de seus padrões, incluindo as recomendações para contrapartes centrais responsáveis pelas liquidações de operações de derivativos de balcão.

O Comitê sobre o Sistema Financeiro Global (CGFS) tem como função principal monitorar o desenvolvimento dos mercados financeiros para os principais bancos centrais. O objetivo do trabalho do comitê é identificar e avaliar fontes potenciais de estresse nos mercados financeiros globais e, com isso, promover a estabilidade e o aperfeiçoamento dos mercados. Em 2010, o foco dos trabalhos foi direcionado às respostas dos setores público e privado à crise e as implicações do desenvolvimento de arcabouços e instrumentos macroprudenciais para os bancos centrais.

O Comitê de Mercados é um fórum de acompanhamento da evolução, do funcionamento e de possíveis tendências dos mercados financeiros. A finalidade é facilitar a troca de informações entre seus membros sobre as implicações de curto prazo de eventos recentes no funcionamento dos mercados e nas operações dos bancos centrais.

Já no Conselho de Estabilidade Financeira, órgão secretariado pelo BIS, o Brasil vem participando ativamente das discussões para reformulação dos padrões de regulação prudencial no âmbito global e para a promoção da cooperação entre autoridades nacionais, organismos internacionais e órgãos reguladores. Em junho de 2010, durante Reunião do G-20, foi proposto que o FSB expandisse suas atividades para além de seu quadro de membros como forma de melhor refletir a natureza global do sistema financeiro. Assim, deverão ser estabelecidos cinco grupos de consulta regionais, um dos quais nas Américas.

Ainda no âmbito do BIS, o Banco Central do Brasil participou das reuniões e grupos de trabalho do Conselho Consultivo para as Américas, criado em 2008 e integrado pelos presidentes dos seis bancos centrais da região membros do BIS – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, EUA e México – com objetivos de aprimorar a atuação daquele organismo na região e de melhor refletir as necessidades e os interesses das Américas em seu programa de trabalho. Em fevereiro de 2010, o presidente Henrique Meirelles assumiu a presidência do conselho.

Por fim, o BCB também representa o Brasil no Comitê Irving Fisher sobre Estatísticas de Bancos Centrais.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México, que tem como objetivos específicos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos

monetários e bancários na América Latina e no Caribe; a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e outros órgãos financeiros da região; a pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por 51 instituições, trinta das quais são bancos centrais associados, com poder de voto e voz. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes, que possuem unicamente poder de voz. Em 2010, a Direção Geral do organismo iniciou, por meio de conversação com bancos centrais participantes do BIS, processo de expansão do seu quadro de membros colaboradores. Além do fortalecimento de seu orçamento, outro objetivo explícito da iniciativa é o estabelecimento de parcerias regionais, principalmente entre América Latina e Ásia.

A gerência do centro ocorre por meio da Assembleia de Governadores e da Junta de Governo, assessoradas pelo Comitê de Alternos e pelo Comitê de Auditoria. O cargo eletivo de Subdiretor Geral, segundo maior na instituição, vem sendo ocupado tradicionalmente nos últimos mandatos pelo BCB (o atual, desde 2007, é exercido pelo servidor aposentado Luiz Barbosa).

Durante o exercício de 2010, o Cemla ofereceu 56 eventos e doze missões de assistência técnica, geralmente em conjunto com outros organizadores. Dessas atividades, aproximadamente 60% se concentrou na área de capacitação. Em relação à distribuição temática dos eventos, houve, em 2010, maior foco em questões decorrentes da crise, principalmente sobre aspectos macroeconômicos e estabilidade financeira.

Em conjunto com o BCB, o Cemla organizou, em 2010, quatro cursos (regulação bancária e mensuração/gerenciamento dos riscos; desenvolvimento e crescimento econômico; macrofinanças avançada; finanças e desenvolvimento) e uma reunião sobre administração de recursos humanos de bancos centrais.

Ao longo do ano, o centro coordenou catorze reuniões técnicas. Dessas, destaque para a reunião ocorrida no Brasil, citada acima; as reuniões de assessores de política monetária; de pesquisadores; e a reunião de operadores de mercado aberto. A Conferência sobre Educação Econômica e Financeira na América Latina e Caribe também recebeu atenção especial do organismo.

O Cemla manteve sua política de promoção de assistência técnica aos bancos centrais membros, em coordenação com organismos internacionais e outros sócios técnicos. Os programas, compostos por missões de avaliação, preparação de recomendações e reuniões com autoridades nacionais, visam ao fortalecimento de áreas específicas de bancos centrais, principalmente para aqueles da América Central e do Caribe. Gerenciamento

da dívida pública, antes principal área de assistência técnica, tem paulatinamente dado lugar aos programas de desenvolvimento de sistemas de pagamento, de informações de crédito e de divulgação de dados.

No que diz respeito ao Prêmio Rodrigo Gómez, entregue anualmente ao melhor trabalho acadêmico submetido ao Cemla, doze estudos foram analisados em 2010. A melhor avaliação coube ao trabalho dos servidores do Banco Central de Reserva del Perú, Paul Castillo e Jorge Salas, intitulado *The terms of trade as drivers of economic fluctuations in developing economies: An empirical study.* A partir de 2010, o Cemla passou a oferecer cerimônia especial de entrega do prêmio, a ser realizada sempre na sede do banco central origem do trabalho vencedor.

Finalmente, dado que somente Argentina, Brasil e México são países da região membros do G-20, o Cemla passou a abordar em 2010 temas do grupo em suas reuniões. Trata-se de esforço para nivelar a discussão entre seus membros e para tentar, no sentido inverso, colocar os pontos de interesse da região no principal fórum de discussão global da atualidade.